A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS NA ARENA JUDICIAL E LEGISLATIVA DOS ENTREGADORES DE APLICATIVOS E A COVID-19:A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, NEOLIBERALISMO E ESTRUTURA RACIAL BRASILEIRA

KHATTAR, Semirames
Professora Direito Constitucional do Instituto Superior de Ensino do CENSA
sk.cissa@gmail.com

SILVA, Bárbara Laurindo
Graduanda do 4ºperíodo em Direito do Instituto Superior de Ensino do CENSA
barbaralsilva@isecensa.edu.br

GOMES, Manuela Pereira
Graduanda do 4ºperíodo em Direito do Instituto Superior de Ensino do CENSA
manuelagomes@isecensa.edu.br

Introdução

Este artigo analisa as formas de precarização e da informalidade do trabalho no Brasil, a partir da posição social concreta dos entregadores de aplicativos, em especial no atual contexto de pandemia provocado pela COVID-19, e seus desdobramentos na busca de direitos sociais com análise preliminar das decisões emitidas pelo Poder Judiciário, a mobilização política desses trabalhadores na condução das propostas de lei(PL) efetuadas no âmbito do Poder Legislativo nacional.

Após a vigência do Decreto Legislativo n. 6/2020 em março de 2019 que reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública em razão da emergência de saúde pública relacionada ao COVID-19, a edição da Lei nº 13.979/2020 determinou medidas para enfrentamento do COVID-19 e o decreto n. 10.282/2020 regulamentando o rol de serviços públicos e atividades essenciais, no âmbito federal, dentre outras normas editadas pelos estados, o Ministério Público do Trabalho publicou a Nota Técnica CONAFRET nº. 01/2020 que reconheceu os trabalhadores de transporte de mercadorias por plataformas digitais como grupo laboral de risco. (BRASIL, 2020).

De acordo com dados fornecidos pela carta de conjuntura produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/2020), o total de trabalhadores de aplicativos de

transporte e entrega de produtos passou de 1,253 milhão em janeiro de 2015 para 1,988 milhão em abril de 2019, dentre o número total de 24,5 milhões de pessoas que trabalham por conta própria. Especificamente sobre os trabalhadores (ciclistas e motoboys) de entrega de produtos como *rappi, ifood*, embora não haja dado preciso na PNAD/2020, a estimativa é de que os trabalhadores de aplicativos de entregas de refeições até junho de 2020 são mais de 645 mil.

Pela análise do avanço do neoliberalismo e a desigualdade provocada pela estrutura racial no Brasil, observa-se que os direitos sociais destinados a estes trabalhadores que deveriam ser constitucionalmente reconhecidos estão reduzidos à mera "folha de papel". Tal constatação, implicou esta pesquisa a visibilizar as mobilizações realizadas pelos entregadores pela luta de direitos sociais contra a baixa remuneração, quantidade excessiva de horas trabalhadas, garantia de salário mínimo, fornecimento de equipamento de proteção individual (EPIs) em relação à contágio do coronavírus, seguro em relação à acidentes, fim dos bloqueios indevidos realizados por algumas plataformas sem critérios claros, dentre outros.

Assim, neste trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e de dados sobre o funcionamento do aplicativo e sua relação com políticas neoliberais, bem como o levantamento sobre o perfil desses trabalhadores (negro, jovem e de periferia), e a partir das suas narrativas visibilizar as precárias condições de trabalho e o seu enfrentamento pelas mobilizações políticas destes na criação de agenda parlamentar com o objetivo de concretização da legislação trabalhista protetiva pelo reconhecimento do vínculo empregatício dos entregadores de aplicativo, amplamente negados pelo Poder Judiciário.

Fundamentação teórica

Junto com o avanço da tecnologia surgem novos formas de serviço, como a de entregadores de aplicativos que transportam e entregam comidas em qualquer horário e em qualquer lugar. Com os comércios fechados dados apontam o aumento desemprego no período da pandemia, enquanto os comércios eletrônicos disparam, gerando uma busca maior por serviços de entrega de mercadorias de aplicativos, sendo atraídos pela "flexibilização de horários" e "facilidade" de cadastramento nas plataformas, tornando-se um meio de garantir uma fonte de renda, ou até mesmo sendo a principal fonte de renda.

Este artigo buscou contribuir para visibilizar como é mobilizada as categorias de direitos sociais como saúde e trabalho diante a crise sanitária no país e a concretização na construção de uma luta direcionadas ao poder público e às empresas a partir de demandas relacionadas à saúde e à remuneração. Para tanto, partimos da discussão acerca da expansão do neoliberalismo e seu impacto na precarização do trabalho (ANTUNES, 2018) e da compreensão do racismo estrutural no brasil (ALMEIDA, 2018) e seus desdobramentos e implicações na análise sobre esses trabalhadores. O fim do consumo de massa como padrão produtivo predominante, o enfraquecimento dos sindicatos, a produção baseada em alta tecnologia e a supressão dos direitos sociais em nome da austeridade fiscal tornaram populações inteiras submetidas às mais precárias condições ou simplesmente abandonadas à própria sorte, anunciando o que muitos consideram o esgotamento do modelo expansivo do capital(ALMEIDA, 2018, p. 126).

De acordo com informações do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019 (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil ocupa a sétima posição no ranking da desigualdade social no mundo. Esta posição está diretamente relacionada ao aumento do desemprego no país, que afeta diretamente a população negra, ainda muito inferiorizada, que recorre a informalidade, visando garantir sua subsistência, fomentando uma história social do trabalho marcada pela invisibilidade do povo preto, que atualmente, estão encontrando nas entregas uma forma de sobreviver em uma sociedade tão desigual pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2019)

Ademais, iremos adentrar na discussão doutrinária no campo jurídico, especialmente de direito constitucional e de direitos trabalhistas acionados pelo Poder Judiciário na resolução dos casos, pelo uso da distinção jurídica existente entre a relação “de trabalho e de emprego”. Diante da negação do reconhecimento de vínculo empregatício por grande parte dos juízes, como será demonstrado, as demandas e mobilizações são deslocadas para a construção da agenda parlamentar e a inclusão e reforma legislativa exercidas não sem pressão dos entregadores. A título ilustrativo, o breque dos apps, movimento de greve nacional dos entregadores de aplicativo no país, ocorrida em julho de 2020, concentrou, segundo entrevistas coletadas dos organizadores da paralisação(GALO, 2020), cerca de 200 entregadores em Brasília em direção ao Congresso Nacional, reivindicando direitos básicos, de melhores remunerações e condições de trabalho.

Resultados alcançados

O mapeamento sobre os dados dos perfis dos trabalhadores, bem como a distinção entre a relação de trabalho e emprego empregada pelo poder Judiciário e pelas doutrinas jurídicas, implica no deslocamento intenso de mobilização por direitos sociais para a arena legislativa. A análise interinstitucional, demonstra a relação entre movimentos sociais, poder legislativo e judiciário, pois as reuniões entre líderes dos movimentos de trabalhadores com presidente da Câmara, Rodrigo Maia, foram realizadas diante as sucessivas greves efetivadas. Especificamente a partir de fevereiro de 2020, foram propostos na Câmara dos deputados, questões sobre medidas de renda mínima para microempresários individuais e trabalhadores de aplicativos, acesso à equipamentos individuais de proteção por trabalhadores (EPI), dentre outras propostas. Assim, foi possível identificar dentre as trinta e seis proposições legislativas apresentadas em 2020 para garantir direitos sociais, analisamos dois grupos específicos: (PL´s) que buscam o reconhecimento do vínculo empregatício e outras propostas relativas ao estabelecimento de condições de trabalho e remuneração para os trabalhadores de serviços de entrega de mercadorias por meio de aplicativo, nas quais deverão impactar o rumo das discussões judiciais.

Conclusões

Este artigo buscou analisar os discursos e articulação doutrinária do Poder Judiciário no caso de entregadores de aplicativos, bem como levantamento da mobilização política no Congresso Nacional para o reconhecimento de vínculo empregatício, tendo como lente de análise condições estruturais do racismo institucional em ambos os Poderes, bem como num contexto mais amplo do capitalismo pós-fordista onde o paradigma de trabalho vem se modificando diante novas tecnologias, impactando os direitos sociais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA. Silvio. **Racismo Estrutural.** Pólen. 2019.

ABÍLIO, Ludmila. C.; ALMEIDA, Paula. F.; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana. C. M.; FONSECA, Vanessa. P.; KALIL, Renan. B.; MACHADO, Sidnei. **Condições de trabalho em empresas de plataforma digital**: os entregadores por aplicativo durante a

Covid-19. São Paulo: REMIR, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Nota Técnica CONAFRET n. 01/2020**. Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho. Brasília, mar. 2020.

GALO. **É luta de classes mesmo, sem conversinha**: entrevista com Galo, dos Entregadores Antifascistas. Entrevista concedida a DigiLabour. DigiLabour, jul., 2020